



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”**

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas

A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Amanda Silva Belo¹

Modalidade de Apresentação: Pôster

Resumo expandido

O presente trabalho analisa a assistência estudantil desenvolvida numa universidade pública federal, no contexto da reforma universitária, identificando os principais rebatimentos da crise capitalista nas políticas de acesso e de permanência estudantil, planejadas e gestadas pelo Governo Federal, tendo como base de discussão as transformações societárias capitalistas recentes.

Na fase neoliberal, a partir da década de 1990, há uma crise na educação superior atrelada à crise do capital no desmonte das políticas sociais, que acarreta reformas no aparelho do Estado, atendendo às principais pautas dos organismos internacionais/multilaterais.

¹ Estudante do Curso de Pós-graduação em Serviço Social, nível mestrado, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Formulação e Gestão de Políticas Sociais em Seguridade Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Assistente Social pela UFRJ. Trabalha como Assistente Social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.

No quadro das transformações societárias, interessa-nos desvendar as inflexões na área da assistência estudantil numa universidade pública federal, considerando os programas governamentais federais e as normativas legais que buscam garantir o direito à educação superior pública, laica e de qualidade. Dentre esses programas e normativas, destacamos: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) - Decreto Nº 6.096/2007; a Lei de Cotas - Lei N. 12.711/2012; Programa Universidade para Todos (ProUni) - Lei nº 11.096/2005.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo compreendeu: pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e empírica, referenciando-se numa análise de caráter analítico, explicativo e crítico-dialético e tendo como instrumentos a revisão de literatura sobre o tema.

Isto posto, o interesse em avançar na reflexão sobre as configurações em que a assistência estudantil tem sido desenhada nas universidades federais, é adentrar uma lógica que atende aos interesses do capital e acirra os conflitos de classes. Todavia, que também responde às reivindicações históricas atravessadas pelos antagonismos sociais da sociedade de classes em que vivemos.